

As transformações ideológicas da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e a luta contra a ditadura militar no Brasil: uma análise a partir do jornal *Libertação*

The ideological transformations of Ação Popular Marxista-Leninista (APML) and the struggle against the military dictatorship in Brazil: an analysis based on the newspaper Libertação



DAEFIOL, Regina Célia*

 <https://orcid.org/0000-0003-1185-9198>

RESUMO: Este artigo aborda as transformações ideológicas ocorridas na Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e seus impactos nas estratégias da organização no combate à ditadura militar. A APML nasceu em 1963 e, após o golpe de 1964, passou por processos e disputas internas que resultaram em importantes transformações ideológicas: em 1965, aderiu à luta armada e, em 1968, converteu-se ao maoísmo. Tais transformações podem ser percebidas nas páginas do jornal *Libertação*, produzido clandestinamente pela APML. O jornal foi um canal de comunicação da organização com a militância e com os setores mais organizados do proletariado, no processo de preparação da Guerra Popular, inspirada na Revolução Chinesa, cujo objetivo era derrubar a ditadura e abrir caminho para a implantação do socialismo no Brasil. Neste artigo, será apresentada a análise de conteúdos publicados pelo jornal entre 1968 e 1969.

ABSTRACT: This article examines the ideological transformations that occurred within the Ação Popular Marxista-Leninista (APML) and their impact on the organization's strategies in confronting the military dictatorship. Founded in 1963, APML underwent significant internal processes and disputes following the 1964 coup, which led to major ideological shifts: in 1965, the organization embraced armed struggle, and in 1968, it converted to Maoism. These transformations can be traced in the pages of *Libertação*, a clandestine newspaper produced by APML. The publication served as a communication channel between the organization, its militants, and the most organized sectors of the proletariat, within the broader process of preparing for the People's War — an effort inspired by the Chinese Revolution and aimed at overthrowing the dictatorship and paving the way for the establishment of socialism in Brazil. This article presents an analysis of texts published in *Libertação* during 1968 and 1969.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Popular Marxista-Leninista; Ditadura Militar; Jornal *Libertação*; Maoísmo.

KEYWORDS: Ação Popular Marxista-Leninista; Military Dictatorship; *Libertação* Newspaper; Maoism.

* Mestra em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-PR, doutoranda em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-PR. Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: rdaefiol@gmail.com. Este artigo origina-se da pesquisa de Doutorado que vem sendo desenvolvida pela autora.



Considerações Iniciais

A Ação Popular Marxista-Leninista (APML)¹ figurou entre as mais relevantes organizações da esquerda revolucionária brasileira que, nas décadas de 1960 e 1970, atuaram no enfrentamento à ditadura militar instaurada após o golpe de Estado de 1964. Fundada em 1963 com um projeto político heterodoxo e aberto a influências como o cristianismo, o marxismo de viés humanista e o existencialismo, tinha como propósito construir uma ideologia própria e um projeto político socialista humanista (Dias, 2021). Em 1968, converteu-se ao maoísmo, como expressão do marxismo-leninismo contemporâneo, num processo que envolveu disputas internas que resultaram em cisões e expulsões de integrantes. Nesse contexto, surgiu o jornal *Libertação*, objeto deste artigo no qual buscamos compreender as transformações ideológicas ocorridas na APML e seus impactos nas estratégias da organização no combate à ditadura militar. Do material que vem sendo analisado na pesquisa de Doutorado, trabalhamos aqui as edições que circularam no período compreendido entre 1968 e 1969.

Após o golpe de Estado de 1964, a APML passou por um processo de desarticulação e seus principais líderes exilaram-se, por motivos de segurança. Após um processo de rearticulação interna, em 1965 ocorreu um evento interno² que marcaria a reorganização da APML, do qual resultou o documento *Resolução Política*, que tinha “o objetivo de definir uma política revolucionária para a organização, a ser aplicada sem adiamentos, visando inseri-la em uma nova fase de sua história, rigorosamente popular e revolucionária” (AP, 1965).

O documento definiu também que a organização adotaria, dali para frente, a via insurrecional como estratégia para a derrubada da ditadura e a conquista do poder. A revolução envolveria “as tarefas de libertação nacional e as tarefas socialistas” (AP, 1965), postulado que refletia influências das revoluções Cubana e Chinesa (Dias, 2022). Jacob

¹ A organização foi oficialmente fundada, em 1963, como Ação Popular (AP). A partir, a partir de 1971, adotou a nomenclatura Ação Popular Marxista Leninista (APML), no bojo do processo de adesão ao maoísmo, iniciado em 1968. Este artigo adota a nomenclatura Ação Popular Marxista Leninista ou a sigla APML mesmo ao referir-se ao período em que a organização ainda se intitulava Ação Popular. O termo Ação Popular e também a sigla AP serão eventualmente utilizadas como abreviatura ao longo do texto.

² O evento foi a Reunião Nacional Extraordinária. O documento *Resolução Política*, “embora ainda declarasse compromisso com o conceito de socialismo como humanismo, promoveu a adesão ao objetivo de conquistar o poder por meio da luta armada revolucionária” (Dias, 2020, p. 398).

Gorender avalia que a Ação Popular se distinguiu de outras organizações de esquerda que surgiram no início da década de 1960 como alternativas ao PCB³, “[...] pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setoriais e de frente única do imediato pré-64” (Gorender, 1987, p. 36). Uma questão fulcral marcava essa distinção entre a APML e outras organizações da esquerda revolucionária: a defesa da preparação política das massas como etapa incontornável e antecessora da luta armada.

Outras organizações revolucionárias compartilhavam uma visão militarista e advogavam “[...] a necessidade da luta armada como método praticamente exclusivo de ação” (Sales, 2020, p. 9), a ser imediatamente aplicado, antecedendo qualquer outro tipo de estratégia. É o caso da Aliança de Libertação Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, que adotou como tática a guerrilha urbana, levada a cabo por meio de ações como assaltos a banco (qualificados como expropriações em favor da revolução), sequestros, como o do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, em setembro de 1969, ao lado do também grupo guerrilheiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Outro caso é o da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, que tinha na guerrilha rural, com inspiração foquista, a principal estratégia de luta, mas que também realizou ações armadas urbanas.

Neste ponto, torna-se necessário pontuar algumas interpretações historiográficas sobre o que a luta armada representou no enfrentamento à ditadura e a memória social em

³ O Partido Comunista Brasileiro encontrava-se em um momento de disputas internas sobre os rumos da luta revolucionária. Nas conferências e debates preparatórios do VI Congresso do partido, surgiram divergências sobre a posição histórica de defesa da revolução nacional-democrática como etapa para o socialismo, baseada em alianças com setores da burguesia “progressista”, e da atuação dentro da legalidade institucional. A cúpula do partido, liderada por Luiz Carlos Prestes, manteve a linha de ação baseada na organização popular, na mobilização das massas e na atuação a partir das brechas institucionais do regime. Esse posicionamento era questionado por dissidentes, tendo em vista o contexto de fechamento de todas as possibilidades de ação no campo institucional após o golpe de 1964. A rejeição do partido à via armada levou a um afastamento da militância que considerava a radicalização da luta o único caminho possível para a revolução. Foi o caso de Carlos Marighella, alto dirigente do partido, que defendia a ruptura revolucionária pela luta armada (Sales, 2020). Depois de um longo processo de desgaste pelas suas críticas à postura do partido – ele manifestou formalmente suas discordâncias ainda em 1966, em uma carta de renúncia ao seu cargo na Comissão Executiva – acabou expulso, em 1967. Em 1968, fundou, ao lado de outros dissidentes do PCB e militantes da esquerda, a Ação Libertadora Nacional (ALN), quando passou a organizar a guerrilha urbana. Na esteira dos conflitos que fizeram do VI Congresso um marco do fim da hegemonia do partido como representante do comunismo revolucionário no Brasil, o PCB passou a ser rotulado de “revisionista” pela esquerda marxista-leninista, que via em sua postura uma tentativa de adaptar a teoria revolucionária clássica para se acomodar à democracia liberal e ao nacionalismo moderado. Contribuiu para isso também a manutenção do alinhamento do partido à estratégia da União Soviética de convivência pacífica com regimes capitalistas.

torno do tema. Na década de 1990, o tema ganhou novas abordagens na historiografia – que se intensificaram a partir da efeméride dos 40 anos do golpe de 1964 –, abrindo um debate em torno do papel da luta armada no enfrentamento à ditadura. Alguns autores defendiam que houve um deslocamento de sentido na memória construída por setores da esquerda e pelas próprias organizações revolucionárias sobre a luta armada, o que contribuiu para a mitificação da dimensão dessa estratégia de enfrentamento ao regime. Mesmo com posições divergentes em alguns pontos, essas correntes interpretativas apontam que, ao longo dos anos, foi-se cristalizando uma memória que atribuiu novos sentidos à dimensão e à efetividade da luta armada, bem como à sua função catalisadora da oposição que entendia serem necessárias ações concretas contra o regime. E, também, à representação simbólica de agentes revolucionários, como Carlos Marighella e Carlos Lamarca.

Para Marcelo Ridenti (2004), ao contrário do que faz parecer essa memória construída, a luta armada foi uma estratégia minoritária de enfrentamento ao regime, derrotada militarmente pelo poder bélico superior e pelo invencível aparato de repressão da ditadura. Ridenti destaca que colaborou para a derrota o fato de ter sido uma ação planejada e executada de forma apartada da sociedade, ou seja, enquanto estratégia de resistência não alcançou a mobilização e o apoio social necessários. A resistência não-armada à ditadura, exercida por entidades representativas da sociedade civil – sindicatos, igreja, setor cultural, setores da imprensa –, de acordo com o autor, alcançou uma efetividade que as ações armadas não conseguiram alcançar. A oposição ao regime, portanto, não pode ser resumida às ações armadas da esquerda revolucionária, como parece ter ficado impresso na memória heroica e romantizada construída ao longo do processo de transição democrática.

Daniel Aarão Reis (2006), que partilha dessa interpretação, avançou no debate ao discutir os limites da luta armada a partir dos ideais e dos objetivos que moviam as organizações revolucionárias nas décadas de 1960 e 1970. Reis criou polêmica ao afirmar que os revolucionários, antes mesmo do golpe de 1964, já se encontravam em um movimento de radicalização que nada tinha de democrático, tendo como horizonte a revolução que destruiria o capitalismo e instauraria uma ditadura revolucionária, “[...] como era o padrão do socialismo revolucionário do século XX” (Reis, 2006, p. 16). O autor refere-se às revoluções socialistas que “desembocaram em ditaduras revolucionárias”, como as ocorridas “na URSS, na China e em Cuba” (Reis, 2006, p. 16).

Assim como Ridenti, Aarão Reis entende que o fracasso da luta armada está ligado ao descolamento dos revolucionários das bases sociais, uma vez que as ações armadas “[...] não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais. Daí por que os ‘guerrilheiros’ foram tão sumariamente massacrados nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército e da Aeronáutica” (1990, p. 72).

O historiador toca na questão da memória mistificada ao afirmar que, durante o processo de transição democrática, houve uma ressignificação da esquerda armada, que transformou revolucionários em “partidários da resistência democrática” para que, desta forma, pudessem “[...] figurar [...] no panteão da democracia brasileira, como elementos importantes no processo da construção democrática brasileira” (Reis, 2006, p. 17). Essa ressignificação teria permitido uma conciliação em torno de um passado socialmente incômodo, tanto para os que combateram o regime, quanto para a sociedade que, na avaliação de Reis, conferiu legitimidade para que o regime autoritário se sustentasse por tão longo tempo. Mesmo entendendo que a luta armada teve um papel simbólico na resistência, Reis critica essa ressignificação, vista por ele como medida de pacificação, o que impede que se lance luz sobre a complexidade das motivações e objetivos que moviam os guerrilheiros revolucionários.

Assim como Reis, Denise Rollemberg postula que uma parte das esquerdas já cogitava pegar em armas antes mesmo da ditadura militar. Em artigo publicado em 2012, defendeu a tese de que nas décadas de 1960 e 1970, a democracia não era um valor supremo para uma sociedade mergulhada em tradições autoritárias, assim como não o era para as esquerdas revolucionárias, que viam na estrutura vigente uma democracia “[...] burguesa, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar” (Rollemberg, 2012, p. 203). Só se chegaria à democracia da maioria, do proletariado, por meio da revolução e da implantação do socialismo (Rollemberg, 2012). Assim, a esquerda revolucionária estaria comprometida “com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro” (Rollemberg, 2012, p. 203).

Em concordância com o que Ridenti (2004) e Aarão Reis (2006) entendem sobre a memória da luta armada, Rollemberg afirma que, durante o processo de redemocratização, a memória que se construiu deste passado baseou-se mais nos sentidos dos anos 1980, “quando a referência era a democracia – e não mais a revolução” do que nos “valores que nortearam

as lutas de então”, buscando legitimação e de dar “sentido ao passado e ao presente” (Rollemberg, 2012, p. 203).

Aqui se faz necessária uma breve explanação sobre as disputas e debates na esquerda revolucionária em relação à adoção da luta armada como meio de enfrentar a ditadura. Jean Rodrigues Sales assinala que já existia, dentro das organizações revolucionárias, “um espaço de crítica e debate em torno do uso exclusivo do caminho armado” (2020, p. 9). Segundo o autor, os primeiros debates ocorreram no Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV), grupo surgido após uma cisão e que “[...] acusou o partido de não agir militarmente contra a ditadura, enquanto outros grupos estavam em plena ação armada contra o regime militar” (Sales, 2020, p. 10). Também na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a questão da adoção da luta armada imediata foi alvo de fortes disputas internas entre uma ala que defendia uma maior atuação junto às massas e outra que considerava a via armada como elemento fundamental de uma organização revolucionária (Sales, 2020). As disputas resultaram em expulsões, e o grupo que defendia a via armada imediata, apesar da decisão oficial da organização de priorizar o trabalho junto às massas, deu continuidade às ações militares.

No início da década de 1970, momento em que as ações guerrilheiras estavam sendo duramente derrotadas pela ditadura e em que muitos militantes se encontravam no exílio ou presos, um movimento de autocrítica ganhou força entre a esquerda revolucionária. O debate em torno das derrotas e da luta armada como estratégia, de acordo com Sales, “[...] ocorreu em diversos espaços temporais e institucionais, além de ter sido realizado coletiva e individualmente” (Sales, 2020, p. 7). No entendimento do autor, o processo de autocrítica, que se estendeu até meados dos anos 1980, pavimentou o caminho que levaria setores da esquerda revolucionária a buscar a reinserção nas bases sociais, principalmente no meio operário e entre os trabalhadores rurais, além da retomada da luta pela volta da normalidade política no âmbito institucional – Sales cita como exemplo a fundação do Partido dos Trabalhadores.

As transformações na forma de atuação dos militantes da esquerda revolucionária nesse período, na visão do autor, foram resultado tanto de um debate histórico, inserido no contexto do fim da ditadura, quanto político-ideológico, “[...] já que se trata da modificação dos seus projetos de transformação social”. Dessa forma, essas mudanças não podem ser analisadas a partir apenas das “[...] metamorfoses ou deslocamentos de memória realizados

após a adoção das bandeiras democráticas por parte desses militantes, conforme defendem alguns autores” (2020, p. 47). Para Sales, essas transformações são fruto de um longo processo que exigiu uma autocrítica diante da derrota da luta armada, bem como a transformação dos “projetos revolucionários dos anos 1960 para bandeiras democráticas e de inserção social no início dos anos 1980” (Sales, 2020, p. 47).

Uma organização popular e revolucionária

Para contextualizar o papel do jornal *Libertação*, é necessário examinar as transformações ideológicas que ocorreram na organização, iniciadas no desenrolar de processos internos de autocrítica, motivados pela perplexidade diante da derrota sofrida pelos movimentos sociais e organizações de esquerda com o golpe de Estado civil-militar de 1964. De uma organização que nasceu com o propósito de construir “[...] um projeto socialista humanista” (Dias, 2021, p. 22) e uma ideologia própria, viu-se compelida, após o golpe de 1964 e a instauração da ditadura, a promover uma redefinição de sua linha política, processo que culminou na decisão, em 1965, de aderir à luta armada “[...] como forma de conduzir o processo revolucionário” (Dias, 2014, p. 831).

Tal decisão deve ser compreendida sob a ótica predominante entre as organizações de esquerda da época, que entendiam estar esgotadas as possibilidades de atuação política no campo institucional após o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar. A luta revolucionária passou a ser considerada a única forma viável de alterar a ordem vigente em favor do proletariado. Essa conjuntura colocou a APML diante de um impasse. Como a organização, nas palavras do dirigente Duarte Pereira, havia nascido “[...] como um partido democrático combativo, mas impregnado de ilusões reformistas” (Dias, 2016, p. 262), fazia-se necessária a reformulação do seu projeto político como forma de adaptar-se ao contexto de fechamento das brechas para a ação institucional. Essa reformulação marcaria a paulatina transformação do perfil da APML, iniciada pelo processo que resultou no referendo à luta armada, em 1965⁴, e consolidada, em 1968, com a adesão ao maoísmo.

⁴ “Em 1965, com a volta dos dirigentes exilados e o avanço na rearticulação interna, a AP realizou um Encontro Nacional Extraordinário para se reestruturar e atualizar seu projeto político. Os resultados foram sistematizados no documento *Resolução Política* (RP). Em sua abertura, a RP anuncia o objetivo de definir uma política revolucionária para a organização, a ser aplicada sem adiamentos, visando inseri-la em “uma nova etapa de sua existência, rigorosamente popular e revolucionária” (AP, 1965, p. 1)” (Dias, 2024, n.p.).

Após se definir como uma organização popular e revolucionária, em 1968, no contexto de um intenso processo de disputas internas – que resultaram em rupturas e levaram à expulsão de uma ala da militância –, a APML converteu-se ao maoísmo, entendido como a etapa contemporânea do marxismo-leninismo e como paradigma internacional revolucionário. Nas palavras de um dos principais dirigentes e líderes intelectuais da APML, Duarte Pereira, a adesão ao maoísmo adaptava-se “à nova conjuntura que se formou no mundo, que trazia não só contribuição para a luta anti-imperialista, mas para preservar a revolução dos países socialistas e evitar a restauração do capitalismo, já em curso no Leste Europeu e na União Soviética” (Dias, 2022, p. 210).

O combate ao imperialismo e a preservação das revoluções socialistas eram ideias intrínsecas à luta revolucionária para a derrubada da ditadura concebida pela APML. O regime autoritário era entendido como aliado do imperialismo estadunidense e a revolução não só o derrubaria, como constituiria uma das etapas para a implantação do socialismo no Brasil, corolário do projeto político da organização.

Entretanto, a recepção do maoísmo entre a militância não ocorreu sem discordâncias e disputas de sentido. Segundo Dias, entre “[...] 1968 e 1973, período de maior influência do maoísmo na história da AP, houve intensas controvérsias sobre o seu significado e sua aplicação à complexa formação social brasileira, gerando teses com interpretações contrastantes, disputas e cisão organizativa” (Dias, 2024, p. 2).

O jornal *Libertação* surgiu em maio de 1968, no bojo desse processo que levaria a organização a aderir ao maoísmo – a maior e, provavelmente, a mais importante das transformações ideológicas vividas pela APML. Considerando o contexto de sua fundação, em meio aos intensos debates que antecederam a adesão ao maoísmo, o jornal pode ser compreendido como expressão das mudanças que estavam em curso. O nome escolhido para a publicação remetia à ideia de uma luta de libertação nacional para derrubar o regime autoritário, entendida como uma revolução de cunho popular.

No entanto, o caráter dessa revolução era um tema que se encontrava em forte disputa no seio da organização. Duas correntes que disputavam a hegemonia nos debates. Uma delas, a Corrente 1, entendia a sociedade brasileira “[...] como semifeudal e semicolonial. Por conseguinte, concebeu-se a revolução brasileira em duas etapas ininterruptas: uma nacional-democrática e outra socialista” (Dias, 2022). É importante destacar que esse entendimento não era unânime dentro dessa corrente, havendo fortes discordâncias em

relação a essa concepção entre alguns de seus adeptos. A outra, a Corrente 2, considerava o Brasil um país capitalista e defendia que a revolução deveria ter um caráter imediatamente socialista (AP, 1968c). A concepção da Corrente1 – assim como outros pontos defendidos por ela – acabou prevalecendo e os adeptos da Corrente 2 foram expulsos da organização.

Ao fim desses processos, a APML assumiu definitivamente as feições de uma organização revolucionária, partindo da tradição que já possuía de atuação junto ao movimento de massas. Diante de uma correlação de forças desfavorável naquele ambiente autoritário, a estratégia de conquista do poder pela via insurrecional, que havia sido referendada em 1965, teria que avançar por meio de estágios, antecidos por uma fase preliminar denominada

[...] como ‘Preparação revolucionária ativa’, na qual deveriam ser perseguidos cinco objetivos: a) criação de um dispositivo armado; b) radicalização progressiva da luta institucional; c) promoção da luta ideológica; d) organização revolucionária; e) articulação dos movimentos revolucionários da América Latina (Dias, 2021, p. 57).

Naquele momento, a organização entendia não existirem ainda as condições mínimas no Brasil para que a luta insurrecional tivesse início, continuidade e alcançasse êxito. O documento *Resolução Política* assim pontua esse diagnóstico da realidade brasileira: “Acho-nos numa fase de transição do caminho institucional para o caminho insurrecional: numa fase de preparação político-militar da luta insurrecional propriamente dita”. Essa fase inicial, que antecederia as etapas de ação, envolvia a “[...] preparação dos núcleos guerrilheiros e das faixas de ação armada nas cidades, preparação, é claro, ao mesmo tempo, técnico-militar e política” (AP, 1965, p. 23). Portanto, na visão da APML, a atuação política junto às massas era fundamental para a preparação da luta revolucionária. Este é um dos pontos fulcrais que diferenciam a estratégia da Ação Popular daquela de outras organizações revolucionárias que colocaram em prática a luta armada: a preparação política das massas era tida como o primeiro passo necessário e deveria anteceder qualquer ação armada⁵.

⁵ Apesar de se preparar para a Guerra Popular, a APML não deu andamento ao enfrentamento armado. Os caminhos percorridos pela organização até 1973 levaram a maioria da militância a aderir ao PC do B, num momento em que a luta armada havia sofrido sérios reveses. Os remanescentes que se mantiveram organizados como APML concentraram sua atuação na construção de um autêntico partido proletário, “de acordo com a tradução contemporânea daquela tradição, na etapa vivida do marxismo” (Dias, 2011, p. 142). Ainda segundo Dias, a “atuação concreta da AP, exceto por ações armadas isoladas e realizadas fora das decisões do comando nacional, foi basicamente conduzida pela diretriz da ‘Radicalização da luta institucional’” (2021, p. 59).

No processo de adesão ao maoísmo, em 1968, a APML adotou a perspectiva do marxismo como teoria científica para embasar a práxis revolucionária, o que representou um rompimento com o viés humanista que orientava seu projeto inicial. A partir daí, a organização promoveu “uma espécie de refundação, por meio da qual declarou morta a ‘velha AP’” (Dias, 2011, p. 113). No documento *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*, a organização define como se daria essa refundação.

Em contato com o pensamento de Mao Tse-Tung introduzimo-nos em um novo e muito mais profundo processo de redefinição de princípios, de política e de métodos. Este processo de transformação e redefinição questionava o próprio caráter de classe do partido, ou seja, propunha um rumo de transformação através de uma radical autocrítica do passado, através da ruptura com o antigo partido, objetivava a destruição da velha AP e a construção de uma nova AP (AP, 1969, p. 69).

A vinculação com o movimento de massas é um fator importante para a compreensão do processo de adesão da APML ao maoísmo, referendada em setembro de 1968, durante a I Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN). Documentos produzidos pela organização durante esse processo, que resultou em disputas internas e cisões⁶, assinalam que a integração com as massas era um dos pontos fundamentais na preparação da guerra revolucionária. Essa integração incluía a inserção da militância na produção, ou seja, no mundo do trabalho nas cidades e no campo. Segundo Dias, os principais laços com movimentos de trabalhadores, a partir de 1968, estiveram ligados a este processo de “integração na produção, que entraria em declínio na sequência” (2011, p. 121).

Em entrevista concedida ao livro *Diálogos com Duarte Pereira sobre a história da Ação Popular (AP)*, o dirigente explica:

[...] o que se entendia pelo movimento de proletarianização era nosso propósito de nos transformar num partido proletário, revolucionário. Era transformar essa organização de composição social pequeno-burguesa majoritária, de posições teóricas e políticas muito marcadas por posições de origem democrática e pequeno-burguesa, em uma organização efetivamente proletária, majoritariamente formada por trabalhadores oriundos do proletariado e do campesinato, vinculada às posições políticas e teóricas que refletissem os interesses dessas massas de trabalhadores, portanto, posições socialistas avançadas. Como àquela altura estávamos

⁶ A adesão ao maoísmo deu-se em um contexto de fortes disputas internas entre posições divergentes, que resultaram na divisão da militância, com “a polarização entre as chamadas Corrente 1 e Corrente 2, ambas reivindicando o marxismo, cada qual da sua maneira” (Dias, 2022, n.p.). Deste processo saiu vencedora a Corrente 1, o que levou à expulsão dos líderes da Corrente 2. No documento *Os Seis Pontos*, produzido pela vitoriosa Corrente 1, a integração com as massas figura entre os pontos principais.

descobrimos, tinham de ser, de alguma forma, posições marxistas. O movimento de proletarianização significava isso (Dias, 2022, p. 215).

A partir da opção pelo maoísmo, a organização focou a preparação da luta revolucionária na “[...] estratégia inspirada no maoísmo e no legado da Revolução Chinesa, que preconizava, como linha militar, a guerra popular prolongada e tinha como diretriz a integração com as massas” (Dias, 2020, p. 399). A etapa da guerra popular não foi levada à prática por uma série de fatores. O principal deles está relacionado ao posicionamento político assumido pela organização, de priorizar a preparação política das massas para, posteriormente, organizar o enfrentamento armado à ditadura para implantar, após a revolução, um governo proletário e o socialismo. No entanto, não se chegou a um nível de preparação política das massas que possibilitasse levar a cabo a revolução. Novas disputas internas, que se desenrolaram após o processo de conversão ao maoísmo e que conduziram novamente a uma cisão, levaram a maioria, a partir de 1973, a se integrar ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reconhecido “[...] como o partido de vanguarda do proletariado brasileiro”. A minoria que rechaçou a incorporação ao PCdoB buscou reconstruir a APML em novas bases, “a partir da perspectiva estratégica que defendia” (Dias, 2024, p. 9). Dias explica que a APML foi considerada reestruturada pelos dirigentes que remanesceram em 1977 e passou a interagir

[...] com os movimentos sociais e sindicais que emergiram na cena política nacional e atualizou a sua pauta. Crítica do militarismo que tomara conta da esquerda revolucionária no auge da ditadura, caracterizado pelo primado das ações armadas como fator de mobilização das massas, a APML elaborou pautas de intervenção conjuntural e interagiu com os processos eleitorais, apoiando e apresentando candidatos pela legenda legal do MDB, mas sem abrir mão dos objetivos revolucionários (Dias, 2024, p. 9).

Surgimento do jornal *Libertação*

O jornal *Libertação* foi criado para substituir o informativo *Revolução*, produzido pela APML numa fase de influência da Revolução Cubana. Segundo o dirigente Duarte Pereira, “[...] o *Revolução* já não cumpria o objetivo de exercer uma ação de resistência afinada com a conjuntura daquele momento. Era necessário produzir um jornal com uma abordagem mais abrangente” (Pereira, 2011). Com essa proposta, o *Libertação* tinha a função de aglutinar e

animar a militância no decorrer do processo de preparação da luta popular revolucionária. E também de formar politicamente essa militância e, por consequência, as massas, nos setores sociais onde historicamente a APML atuava. Nas palavras do jornalista Carlos Azevedo, editor do jornal durante todo o período em que circulou, a criação do *Libertação* foi “[...] consequência da mudança de programa estratégico da organização” (Azevedo, 2023), de preparar politicamente as massas proletárias, urbanas e do campo, para a luta armada revolucionária, entendida pela Ação Popular como condição indispensável à consecução do seu projeto político: a derrubada da ditadura para a implantação de um governo do proletariado e a criação das condições para a implantação do socialismo no Brasil.

Inicialmente, o jornal era impresso em mimeógrafo. No início da década de 1970, passou a ser produzido em uma gráfica clandestina montada pela organização em um sítio na região metropolitana de São Paulo, conforme declarou o editor do *Libertação*, o jornalista Carlos Azevedo, em depoimento gravado durante a pesquisa.

Apesar de ser um jornal clandestino, o *Libertação* era produzido de forma menos precária do que a maioria dos periódicos deste segmento na época. Contava com uma equipe estruturada especificamente para essa função dentro da APML, com uma coordenação e um editor; tinha uma periodicidade estabelecida – de uma a duas edições por mês; teve longa duração para um jornal clandestino – circulou por quase sete anos ininterruptos, entre 1968 e 1975, no circuito dos periódicos alternativos, cuja produção foi muito profícua durante a ditadura militar. Segundo Bernardo Kucinski, neste período “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (Kucinski, 1991, p. 7). Muitos desses periódicos alternativos eram produzidos por partidos e organizações de esquerda que atuavam na clandestinidade, caso da Ação Popular.

Na obra *Jornalistas e Revolucionários*, Kucinski cita o *Libertação*, segundo ele, criado pela Ação Popular a partir da “necessidade de um jornal não partidário, de ampla base de apoio nas forças antiditadura, com o mesmo objetivo de estimular uma frente de oposição ao regime, como pré-condição para o desencadeamento de uma *guerra popular prolongada*” (Kucinski, 1991, p. 162, grifo do autor).

Considerando a perspectiva de José d’Assunção Barros sobre os jornais como fontes que “falam sobre a história, são produtos da história e agem sobre a história” (Barros, 2023, p. 14) e que permitem acessar discursos de outra época, o *Libertação* é um documento que joga luz sobre as ideias e valores que circulavam no seio da Ação Popular durante os processos

que levaram às transformações ideológicas em questão. Como fonte que revela também ideias e valores das pessoas que o produziram (Barros, 2023), o *Libertação* pode contribuir para a compreensão desses processos, que definiram os caminhos trilhados pela organização na resistência à ditadura.

Partindo desses pressupostos, e da ideia de que “a história – através de seus acontecimentos e das representações de seus acontecimentos – atravessa as páginas dos jornais de muitas maneiras” (Barros, 2023, p. 13), o estudo do periódico traz possibilidades de novas abordagens sobre o período da ditadura militar brasileira, sob a ótica de uma organização revolucionária com tradição de atuação no movimento de massas que optou pela via armada.

Mesmo não sendo tratadas de maneira direta nas páginas do jornal, as transformações ideológicas ocorridas na organização ficam implícitas no discurso e na seleção dos temas que mereceram destaque. A escolha e a abordagem das pautas publicadas nos dois primeiros anos de circulação revelam as novas bases ideológicas sobre as quais a APML se constituiu após sua refundação como organização revolucionária adepta da luta armada.

O primeiro número circulou em maio de 1968 e, após algumas edições iniciais, começou a despertar a atenção dos órgãos de vigilância em função do conteúdo que veiculava, não apenas com críticas frontais ao regime, mas também com um discurso convocatório às massas trabalhadoras para aderir à luta revolucionária. A produção das matérias passou a ser realizada, a partir de então, por meio de um processo cercado de cuidados para despistar a vigilância da repressão.

Segundo depoimento do editor Carlos Azevedo (2023) para a pesquisa em andamento, por questões de segurança, a operação envolvia apenas um pequeno grupo de pessoas, que tinha contato com poucos militantes. As reuniões de pauta aconteciam durante longas caminhadas por ruas e parques da capital paulista, assim como a discussão dos textos e dos prazos de entrega. A pauta de cada edição era decidida por meio de contatos com a direção da organização, e as matérias produzidas eram revisadas e depois enviadas para análise de um dirigente.

Os órgãos de vigilância da ditadura buscaram, por meio de várias operações, descobrir o local onde o *Libertação* era impresso. No entanto, nunca obtiveram êxito. Um relatório dos serviços de segurança, datado de 1972 (Brasil – Ministério do Exército, SEC. OP. Relatório de Operações nº 49, S/104, Salvador, de 20 de abril de 1972), produzido a partir do interrogatório

do militante Hugo Farias Ramos, após sua prisão, menciona o jornal *Libertação*. No interrogatório, Ramos fornece poucas informações sobre como se dava a produção⁷, mas revela nomes de pessoas envolvidas no processo, como o do dirigente Duarte Pereira e do editor Carlos Azevedo, responsáveis pela confecção dos textos, e do casal Divo e Raquel Guizoni, que cuidava da impressão e fazia o jornal chegar aos pontos a partir dos quais seria distribuído entre a militância.

A ideia inicial era distribuir o jornal entre os militantes e alguns setores mais organizados do movimento de massas. Por um período, enquanto o teor das publicações ainda não era conhecido pelo regime, isso foi possível. No entanto, a crescente vigilância dos órgãos de repressão acabou inviabilizando uma circulação mais abrangente, e o informativo estabeleceu-se como um meio de comunicação com os militantes. Em algumas situações específicas, o jornal chegava às massas trabalhadoras, com entregas na saída das fábricas, em piquetes de greve ou em manifestações contra a ditadura. Contudo, essa não era a rotina, devido ao risco que sua distribuição representava, que aumentou exponencialmente após a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5).

O *Libertação* cumpriu uma função estratégica como meio de manter a unidade de objetivos nas dez regiões do país onde a organização tinha núcleos estabelecidos, e de orientar o trabalho da militância junto às massas proletárias. O relatório de deliberação da 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN) da APML, realizada em setembro de 1968, qualifica o *Libertação* como um veículo

[...] destinado especialmente a ajudar na condução das lutas operárias e camponesas, colaborando na mobilização, educação e organização das massas. O jornal tem por objetivo unificar melhor as lutas da massa com sua orientação às classes fundamentais da revolução brasileira, informando-as sobre os interesses e aspirações de cada classe ou camada de classe, mostrando suas contradições e colocando para a massa as tarefas da revolução (AP, 1968, p. 49).

É válido estabelecer um paralelo entre este entendimento acerca da função do *Libertação* e o que escreveu o líder revolucionário russo Vladimir Lênin sobre o papel do jornal

⁷ Somente os dirigentes de um extrato mais elevado na organização conheciam os detalhes do processo de produção do jornal, como Duarte Pereira, seu coordenador. Hugo Farias Ramos era um dirigente de nível intermediário e, por essa razão, não conhecia a fundo o processo.

nas ações de uma organização revolucionária. Em seu artigo *Por onde começar*, publicado no jornal *Iskra*, edição n. 4, Lênin assim sintetizou o papel político do jornal revolucionário:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador social. Ele é, também, um organizador coletivo. Neste último sentido, ele pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, que assinalam os contornos, facilitam as relações entre os diferentes pedreiros, ajudam-lhes a distribuírem tarefas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado (Lênin, 1901, p. 5).

Na concepção do líder revolucionário russo, um jornal poderia “[...] fazer progredir sem cessar essa organização em profundidade e em largura [...] fiel aos princípios e abarcando os diversos aspectos da vida”. O jornal teria também o poder de “concentrar todos os elementos de descontentamento e de protesto políticos para fecundar o movimento revolucionário do proletariado” (Lênin, 1984, p. 60-70, *apud* Moraes, 2018, p. 4). Em suma, o jornal integra o arcabouço de ferramentas para a consecução dos objetivos do partido (organização), por amplificar o discurso que visa a formar politicamente a massa proletária e mobilizá-la para a ação revolucionária.

A preparação da Guerra Popular contra a ditadura

O contexto em que o primeiro número do *Libertação* circulou, em 1968, foi de intensa movimentação, com acontecimentos marcantes no mundo e grande efervescência política no Brasil, onde ocorriam protestos de rua contra a ditadura e também as primeiras greves operárias desde o golpe civil-militar de 1964. Estudantes, trabalhadores e outros segmentos sociais se mobilizavam em manifestações que reuniam milhares de pessoas, quase sempre reprimidas violentamente pela polícia. Esse cenário marcava a escalada da tensão entre opositores do regime e as forças repressivas que antecedeu o AI-5, decretado sete meses depois.

Assim como ocorreu durante todo o primeiro ano de circulação, a edição número 1 do *Libertação* trouxe temas candentes, como as greves operárias, os protestos de estudantes e camponeses, todos atacados de forma violenta pela repressão. Durante as greves operárias de 1968, o jornal foi um importante instrumento de orientação e mobilização da militância que atuava junto ao operariado, buscando estimular e encontrar formas para a organização independente dos trabalhadores. A presença da Ação Popular no meio operário vinha se

consolidando, naquele momento, especialmente na região do ABC Paulista, que se tornou um polo da indústria automobilística a partir dos incentivos concedidos durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A greve era considerada um meio de radicalização da luta institucional, linha de ação adotada pela APML a partir de 1966, e o discurso do *Libertação* mostrava conexão com essa diretriz. A radicalização da luta institucional era uma resposta ao gradativo fechamento do espaço de atuação política, ocorrido a partir do golpe de 1964, e a luta armada foi o meio de levar essa radicalização às últimas consequências.

O *Libertação* funcionou como um instrumento de mobilização dos trabalhadores durante as grandes greves operárias ocorridas em 1968. Matérias do jornal incentivavam a formação de comitês de fábrica para a organização dos operários sem a interferência dos sindicatos dirigidos por líderes impostos pela ditadura após a “operação limpeza”, realizada pelo regime para neutralizar as forças de esquerda nas entidades sindicais. A pauta da primeira edição, de maio de 1968, abordou também os protestos de camponeses, estudantes e outros setores sociais que se levantavam contra o regime autoritário. Esses movimentos e as greves operárias eram tratados pelo jornal como etapas de aprendizado para a luta revolucionária.

Aqui é importante destacar que as greves eram consideradas pela APML verdadeiras “escolas de guerra”, nas quais os trabalhadores eram treinados e preparados para a luta contra o inimigo representado pela ditadura militar e o imperialismo estadunidense, um dos artífices do golpe de 1964, ao lado dos militares e de setores da burguesia nacional. Como “escolas de guerra”, as greves eram um passo importante para desencadear o “processo de preparação revolucionária”, que envolvia a “mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização” (AP, 1963, p. 13).

Essa ideia de preparação da luta revolucionária explicitada pelo jornal pode ser entendida como uma expressão das transformações vividas pela organização desde a adesão à luta armada até a conversão ao maoísmo. O discurso do *Libertação* não só referenda a tradição da APML no movimento de massas, ao falar em “mobilização do povo”, como também revela a nova estratégia de inspiração maoísta: a guerra popular revolucionária.

O discurso anti-imperialista – princípio fundante das organizações de esquerda de linha marxista-leninista – é constantemente utilizado pelo jornal como fator mobilizador para conclamar a união da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais em torno da luta

revolucionária. Quando tratou das greves operárias e dos protestos estudantis de abril de 1968, o jornal qualificou a reação dos manifestantes e grevistas à repressão violenta da polícia como uma demonstração de que o povo começava a se levantar contra a ditadura e o imperialismo. A primeira edição do *Libertação* destacou como manifestação da força popular os movimentos grevistas que vinham ocorrendo em vários pontos do país, reforçando a importância da articulação desses eventos para a agregação das forças populares.

Quando os trabalhadores de Santo André, em São Paulo, organizaram a sua passeata de protesto e quando os estudantes bateram na polícia em muitos lugares, eles estavam mostrando que a luta é uma só: contra o imperialismo americano, contra a ditadura, contra a opressão dos trabalhadores na cidade e no campo. Essa demonstração é a grande vitória que o povo alcançou durante as manifestações de abril. Ela foi um passo importante, embora inicial, na longa luta pela libertação dos trabalhadores (A luta dos trabalhadores [...], 1968, p. 3).

A segunda edição do jornal, de 15 de maio de 1968, dá continuidade à abordagem das greves operárias e destaca o ocorrido durante um evento comemorativo do Dia do Trabalho na Praça da Sé, em São Paulo. O evento, organizado pelo governo do estado de São Paulo, foi marcado por um grande protesto de trabalhadores e estudantes, que terminou com a expulsão do palanque, sob vaias e pedradas, do governador Roberto da Costa Abreu Sodré e das autoridades que o acompanhavam, considerados pelos manifestantes como verdadeiros “prepostos” da ditadura⁸.

Também na abordagem deste tema, o jornal remete à ideia da urgência do enfrentamento à ditadura e ao imperialismo estadunidense. Assim como em uma conjuntura de guerra, a reação pela via da violência era considerada legítima e justificável. A violência revolucionária já era tratada no Documento-base, aprovado no congresso de fundação da Ação Popular, como algo incontornável e de caráter defensivo, diante da resistência violenta das classes dominantes ao aumento da mobilização popular e às transformações das estruturas sociais existentes: “[...] a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência”

⁸ Abreu Sodré foi eleito pelo voto indireto da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para o mandato de 1967 a 1971. Foi o primeiro governador eleito indiretamente depois da edição do Ato Institucional nº. 3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinou que governadores e vices seriam dali para frente eleitos pelas Assembleias Legislativas. O AI-3 determinou, ainda, que os prefeitos das capitais dos estados seriam nomeados pelos governadores, eliminando a eleição direta também para esse cargo.

(AP, 1963, p. 10). O *Libertação* corrobora essa ideia em um texto publicado na segunda edição de 1968.

Muitos trabalhadores já compreenderam que a violência é inevitável na luta pela libertação nacional, pela derrubada da ditadura e a expulsão dos imperialistas. Diante do poder da classe dos patrões, dirigida pelo imperialismo norte-americano, os trabalhadores e o povo têm pela frente um inimigo poderoso. Esse inimigo tem a seu serviço todos os meios de opressão: a polícia e as forças armadas, o governo, o parlamento, as leis, os jornais, as estações de rádio e televisão, as escolas, e muita coisa mais. Para vencer todo esse poder, só a violência revolucionária do povo, em uma longa luta dirigida pelos trabalhadores, poderá dar resultados. É a guerra popular contra o imperialismo, para construir um poder dirigido pela classe operária. Para preparar essa luta, é importante que os trabalhadores comecem a mostrar que não aceitam a opressão e que estão dispostos a enfrentar a sua força. Foi o que fizeram no dia 1º de Maio (Em São Paulo, a ditadura foi [...], 1968, p. 4).

Com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, o movimento de massas entrou num período de declínio, depois de demonstrar força com as greves e os protestos de abril daquele ano. As razões que moviam esses protestos têm diversas nuances. Por essa razão, não é possível atribuir toda a movimentação que ocorreu a uma única motivação. Os segmentos populares militantes no movimento de massas – como os estudantes e os camponeses, e mesmo o operariado – já possuíam bandeiras bem definidas na luta contra a ditadura. Contudo, em 1968 esses protestos se ampliaram e passaram a envolver setores que inicialmente haviam apoiado o golpe e a ditadura, como algumas camadas da classe média, a imprensa e a Igreja Católica. Como pontua Rodrigo Patto Motta, o AI-5 teve como objetivo central “[...] recuperar a iniciativa de um governo que vinha sendo contestado até por seus aliados” (Motta, 2021, p. 108). Uma das consequências da medida autoritária foi o arrefecimento das manifestações e do movimento de massas.

O *Libertação* trouxe, nas primeiras edições pós-AI-5, o ponto de vista da APML sobre a medida autoritária, considerada uma demonstração de fraqueza do regime – entendimento compartilhado por outras organizações que aderiram à luta armada. Logo após a edição do AI-5, muito provavelmente movido pela ideia de que esse gesto de fraqueza do regime representava uma janela de oportunidade, o jornal passou a dar ênfase à necessidade de reativação do movimento de massas, o que acabou inviabilizado diante da escalada da violência da repressão que sucedeu o Ato e de seus efeitos na articulação das forças populares.

A partir do contexto que exigia uma radicalização da luta, o enfrentamento armado assumiu um caráter de urgência. Isso fica explícito nas publicações do *Libertação*. A premência da preparação da luta armada ganha mais força no discurso do jornal, como condição necessária e inadiável para a concretização do projeto político da organização. A preparação da Guerra Popular prolongada – tática inspirada na Revolução Chinesa e no maoísmo – torna-se uma temática cada vez mais presente. O *Libertação* enumera, de forma esquemática, as etapas de preparação da guerra revolucionária. A primeira delas seria a reconstrução do partido da classe operária; depois, a formação, por meio do partido proletário e da aliança entre camponeses e operários, de uma Frente Única, reunindo todas as classes e camadas sociais que pudessem apoiar a luta contra “o imperialismo, o latifúndio e a grande burguesia aliada do imperialismo” (Perseverar na luta [...], 1969, p. 8). A terceira etapa previa a organização e o treinamento de guerrilhas e milícias camponesas “para iniciar no momento oportuno a luta armada pela derrubada da ditadura e tomada do Poder, a partir do campo!” (Perseverar na luta [...], 1969, p. 9). A centralidade do campo como arena de luta passa a ter destaque no jornal.

Nesta edição, é a primeira vez que o *Libertação* fala abertamente sobre treinar guerrilhas, organizar milícias e grupos armados. A concretização da luta armada, que a organização havia referendado em 1965, vai ganhando forma com a estratégia maoísta da Guerra Popular prolongada, e sua preparação passa a ocupar espaço editorial cada vez maior. O foco na preparação da Guerra Popular está presente em praticamente todas as edições publicadas em 1969, expressão das transformações ideológicas ocorridas com a recente adesão ao maoísmo.

O operariado e a liderança da revolução

A ideia do proletariado como classe vocacionada para dirigir a luta revolucionária é um dos fundamentos centrais do marxismo-leninismo. Contudo, na década de 1960, paradoxalmente, uma parcela significativa da militância das organizações políticas da esquerda revolucionária tinha origem na classe média pequeno-burguesa, o que era considerado um fator que comprometia a “[...] missão atribuída ao proletariado na revolução socialista, pressupostos fundadores do comunismo e elementos de coesão das organizações comunistas no período em questão” (Rocha, 2017, p. 10). O questionamento dessa situação foi ganhando força nos debates e deliberações dentro da APML, o que culminou em um

processo de autotransformação cujo objetivo era romper com o passado e consolidar-se como um partido de vanguarda operário. Conforme pontua Reginaldo Dias, a organização, por meio da “[...] sistematização de 12 tarefas, estabeleceu critérios para levar até o fim sua autodestruição como organização pequeno-burguesa e completar seu processo de proletarização” (AP, 1969).

No documento *Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico*, a APML descreve esse processo como:

[...] a transformação radical e revolucionária não só de muitas ideias, símbolos e representações tradicionais que nossos militantes ainda utilizam para pensar a realidade histórica e sua própria prática revolucionária, mas também de muitas de suas atitudes, comportamentos, planos de vida, valores e estilo de militância (AP, 1967, p. 69).

Esse período de autotransformação, iniciado em 1967, mais tarde seria visto “[...] como o início do processo de proletarização” (Dias, 2021, p. 68). Além do aspecto ideológico, o processo de autotransformação envolvia uma dimensão prática, representada pela política de integração na produção, aprovada na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN), realizada em 1968. A integração na produção tornou-se critério obrigatório para a militância entre 1968 e 1971, quando foi atenuada, em nome do princípio genérico da integração com as massas. Tratava-se de um passo fundamental no rompimento com o passado, por representar “[...] um ‘suicídio de classe’, processo no qual os militantes de origem pequeno-burguesa deveriam abrir mão de um estilo de vida e modo de pensar, para fazer parte da vanguarda revolucionária” (Rocha, 2017, p. 10). O documento *Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico* estabeleceu como “[...] muito importante para a transformação ideológica dos militantes de origem pequeno-burguesa a participação no trabalho revolucionário junto à classe operária e camponesa” (AP, 1967, p. 12).

O papel central do operariado na luta revolucionária também foi tema de destaque no jornal *Libertação* ao longo do ano de 1969, sinalizando, mais uma vez, as transformações ideológicas resultantes do processo de conversão da APML em organização revolucionária proletária, fator que representaria um avanço da luta contra a ditadura. Essas transformações estão implícitas em textos publicados pelo *Libertação*, que não apenas dão a entender que a classe operária tinha como missão liderar a revolução, mas também que a APML se reconhecia

como parte do operariado: “Nós, os operários, devemos estar na frente dessa luta” (Responder às violências [...], 1969, p. 7).

Ao mesmo tempo em que reafirma o preceito do operariado como a classe que deveria liderar e “dirigir todo o povo explorado numa guerra dura e longa”, o jornal aponta os camponeses como os trabalhadores que detinham as condições ideais para empreender essa guerra, porque estavam espalhados pelo Brasil e isso tornaria mais difícil para “os exércitos do imperialismo e da ditadura” enfrentá-los, uma vez que “lutam na terra em que vivem e trabalham, e que a conhecem melhor que ninguém” (Violência da ditadura [...], 1968, p. 3). Essa ideia tem como base as estratégias usadas na Revolução Chinesa, que fez do campo a principal frente de luta.

Entretanto, desde a fase de influência da Revolução Cubana, já estava presente na APML a noção de que o desenvolvimento da luta armada, em virtude da “[...] falta de condições objetivas da ‘forma clássica de insurreição ou levante armado urbano’” (AP, 1965, p. 33), se daria “[...] a partir do campo, onde são maiores as condições de resistência diante da superioridade do inimigo” (Sales, 2016, p. 354). Mesmo com o foquismo cubano perdendo força nos processos de reelaboração ideológica, essa ideia foi reafirmada: a luta armada deveria iniciar-se pelo campo, de onde partiria o cerco às cidades, sob a liderança do operariado, por excelência o setor social destinado a liderar a revolução.

A efetividade do combate à ditadura, portanto, dependia da união das classes proletárias. Partindo da visão marxista-leninista, a organização entendia que somente as massas operárias e camponesas, por sua condição de classes exploradas no sistema capitalista, detinham as condições de fazer a revolução; e que o operariado, assim como ocorrera em outras revoluções socialistas no mundo, era a classe vocacionada a liderar essa luta. Esses preceitos são, a cada edição, reafirmados pelo jornal *Libertação*, que atuava não apenas como um meio de comunicação com a militância e, por meio dela, com as classes trabalhadoras, mas também como um instrumento de difusão do ideário marxista-leninista no processo de preparação da Guerra Popular nos moldes maoístas. A guerra que colocaria fim à ditadura e abriria o caminho para um governo proletário e a construção das condições para a implantação do socialismo no Brasil.

Considerações Finais

A Ação Popular Marxista-Leninista (APML) foi uma das mais relevantes organizações da esquerda revolucionária das décadas de 1960 e 1970 que combateram a ditadura militar. Passou por profundas transformações ideológicas, que determinaram suas estratégias de resistência e de combate ao regime. Nascida a partir de um projeto político heterodoxo, aberto a influências como o cristianismo, o marxismo de viés humanista e o existencialismo, a organização aderiu à luta armada em 1965 e converteu-se ao maoísmo, em 1968, como expressão do marxismo-leninismo contemporâneo e base ideológica da ação revolucionária.

Essas transformações ideológicas podem ser percebidas nas páginas do jornal *Libertação*, criado pela organização em 1968, no contexto da adesão ao maoísmo, como meio de comunicação e de formação da militância. O jornal também alcançava, ainda que esporadicamente, setores mais organizados das massas proletárias, com entregas na saída de fábricas, em piquetes de greve ou em manifestações contra a ditadura. Em muitas dessas ocasiões, especialmente após a promulgação do AI-5, era distribuído de mão em mão pela militância ou deixado anonimamente em locais estratégicos, já que a posse de exemplares representava sério risco à segurança pessoal diante da repressão.

Como canal oficial da APML, o jornal foi um instrumento de mobilização das massas trabalhadoras para a luta revolucionária e para a preparação da Guerra Popular, nos moldes da Revolução Chinesa, com o objetivo de derrubar a ditadura militar. Os conteúdos veiculados adotavam um discurso mobilizador e de denúncia da exploração a que estava submetida a classe proletária, no contexto do regime autoritário apoiado pelos Estados Unidos.

A luta era urgente, mas, para alcançar êxito, exigia que as massas populares fossem preparadas politicamente antes de pegar em armas. Nesse sentido, o jornal desempenhou papel relevante. Durante seu primeiro ano de existência, em 1968, o *Libertação* focou nas greves operárias e nos levantes camponeses que ocorriam em diversos pontos do país, atribuindo a esses movimentos um caráter de preparação para a luta revolucionária, como “escolas de guerra”. No segundo ano, a pauta da luta armada por meio da guerra popular prolongada assumiu um caráter de urgência no jornal, em razão do recrudescimento da repressão pós-AI-5. Os conteúdos publicados buscavam conclamar as massas trabalhadoras a reagir por meio da violência revolucionária, considerada justa e necessária diante da opressão da ditadura militar.

Por ter veiculado e disseminado os princípios que deveriam nortear a luta popular revolucionária contra a ditadura militar, o jornal *Libertação* configura-se como importante registro das transformações ideológicas vividas pela Ação Popular Marxista-Leninista desde a adesão à luta armada até a conversão ao maoísmo. Assim, constitui um documento histórico que possibilita uma nova perspectiva sobre a resistência à ditadura militar no Brasil.

Referências

A LUTA dos trabalhadores e as passeatas de abril. *Libertação*, São Paulo, 1 maio 1968.

AÇÃO POPULAR (AP). *Documento-base*. 1963.

AÇÃO POPULAR (AP). *Resolução Política*. 1965.

AÇÃO POPULAR (AP). *Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico*. 1967.

AÇÃO POPULAR (AP). *Relatório da 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional*. 1968.

AÇÃO POPULAR (AP). *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*. 1969.

AZEVEDO, Carlos. Entrevista concedida a Regina Célia Daefiol e Reginaldo Benedito Dias. Jul.-ago. 2023.

BARROS, José D'ASSUNÇÃO. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

Brasil – Ministério do Exército, SEC. OP. Relatório de Operações nº 49, S/104, Salvador, de 20 de abril de 1972.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história da Ação Popular escrita e reescrita por ela própria. *Diálogos*, Maringá, v. 15, p. 111-145, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/download/36233/18773/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história da Ação Popular (AP) nas memórias de Ricardo de Azevedo. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 827-868, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305532629013>. Acesso em: 2 fev. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. Estêvão e a Ação Popular (AP): a história da AP nas memórias de Duarte Pereira. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 9, n. 26, p. 253-292, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30024/17714>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. O caso Fernando de Santa Cruz: uma abordagem da pauta dos mortos e desaparecidos pela ditadura relacionada à história da Ação Popular Marxista-

Leninista (APML). *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, p. 391-424, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38999/27889>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Histórias da AP: estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP)*. São Paulo: Alameda, 2021.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Diálogos com Duarte Pereira sobre a história da Ação Popular (AP)*. Maringá: Edições Diálogos, 2022.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Ressonâncias do maoísmo na esquerda brasileira: os sentidos do maoísmo na história da Ação Popular (AP)*. In: CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA GLOBAL DEL MAOÍSMO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2022, Bogotá. Universidad Distrital Francisco José de Caldas.

DIAS, Reginaldo Benedito. A influência do maoísmo na redefinição da Linha Geral da Ação Popular (AP) para a revolução brasileira. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online], 18 dez. 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/98034>. Acesso em: 1 abr. 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. Onde está Eduardo Collier Filho? Contribuição ao debate sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. *Revista Nupem*, Campo Mourão, maio/ago. 2024. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/8370/6109>. Acesso em: 27 ago. 2024.

EM SÃO PAULO, a ditadura foi expulsa da Praça da Sé. *Libertação*, São Paulo, n. 2, ano I, 15 maio 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LENIN, Vladimir. Por onde começar? *Marxists Internet Archive*, 1901. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORAES, Dênis. Lênin e a imprensa revolucionária. *Partido Comunista Brasileiro*. 8 dez. 2018. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/21587>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Duarte. *Resistir é preciso*. Youtube, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ls6FYTqDG_c&t=4s. Acesso em: 3 mar. 2025.

PERSEVERAR na luta, responder golpe por golpe e derrubar a camarilha militar pró-imperialista. *Libertação*, São Paulo, n. 13, ano I, 1-15 fev. 1969.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras. Niterói: [s.n.]. 2006. p. 1-18.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. O golpe e a ditadura militar. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RESPONDER às violências da ditadura com a luta do povo! *Libertação*, Número 14, Ano I, 15 de fev. a 15 de mar. 1969.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. A Ação Popular Marxista-Leninista e a produção de revolucionários na década de 1960. In: *III Seminário Internacional de História do Tempo Presente*, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/view/632/397>. Acesso em: 3 abr. 2025.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil Republicano, v.4).

SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. *Antíteses*, Londrina, v. 11, p. 345-367, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/27878>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312312020e0206/12523>> . Acesso em: 08 set. 2025.

VIOLÊNCIA da ditadura e a guerra dos trabalhadores. *Libertação*, São Paulo, n. 3, ano I, 1-15 jun.